

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE: um mapeamento de estudos de Comunicação e Recepção¹

INTERSECTIONAL PERSPECTIVES OF GENDER, RACE AND CLASS: a mapping of Communication and Reception studies

Lírian Sifuentes²

Resumo: *Neste artigo, apresento um mapeamento da pesquisa em Comunicação que articula os marcadores gênero, raça e classe. Para isso, realizo um levantamento das pesquisas apresentadas nos Encontros Anuais da Compós entre 2011 e 2020. Além de buscar esse panorama da área, detenho-me nos Estudos de Recepção, visando conhecer como a perspectiva interseccional tem sido explorado nas pesquisas que enfocam a relação entre os sujeitos e os meios de comunicação. O levantamento permite identificar uma fértil contribuição dos estudos de recepção interseccionais para a área da Comunicação, articulando identidades oprimidas no enfrentamento de questões empíricas. Por outro lado, também há um silenciamento de determinadas abordagens, destacadamente a de raça, e de uma perspectiva interseccional nos trabalhos enfocados em gêneros e sexualidades.*

Palavras-Chave: *Interseccionalidade. Recepção. Opressão.*

Abstract: *In this article I present a mapping of research in Communication that articulates the markers of gender, race and class. For this, I carry out a study of the research presented at Compós Annual Meetings in the current decade - between 2011 and 2020. In addition to looking at this panorama of the area, I also focus on Reception Studies, in order to understand how the intersectional perspective has been explored in research that focus on the relationship between people and the media. The study makes it possible to identify a fertile contribution of intersectional reception studies to the area of Communication, articulating oppressed identities in facing empirical issues. On the other hand, there is also a silencing of certain approaches, especially that of race, and of an intersectional perspective in works focused on genders and sexualities.*

Keywords: *Intersectionality. Reception. Oppression.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Recepção, circulação e usos sociais das mídias do XXX Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 27 a 30 de julho de 2021.

² Pós-doutoranda PPGCOM UFRGS. Doutora em Comunicação pela PUCRS. E-mail: lisifuentes@yahoo.com.br.

1. Introdução

É no contexto de crítica à visão branca de classe média que surge o conceito de interseccionalidade. Buscando abranger as diferentes identidades de pessoa, em que uma não é *a priori* mais importante que outra, o conceito mostra-se importante para buscar saídas para dicotomias estéreis, como gênero/classe, gênero/raça, raça/classe. A perspectiva interseccional, assim, tem o objetivo de apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades, possibilitando superar a noção de concorrência entre opressões.

O conceito surge em 1989 com Kimberlé Crenshaw³, jurista negra norte-americana, e recebe grande atenção a partir dos anos 2000, especialmente no exterior. Seu sucesso pode ser relacionado, em certa medida, ao fato de ter sido “colocado um nome” na teorização que busca englobar mais de uma diferença em uma mesma pesquisa. Como a própria Crenshaw admite, já eram feitos “estudos interseccionais” antes de receberem este nome (PHOENIX, 2006).

No Brasil, o conceito vem sendo usado timidamente, mas não deixa de se fazer presente em pesquisas feministas (BRANCO, 2008; PISCITELLI, 2008; RODRIGUES, 2013; LIBARDI, 2019). Em um estudo sobre a utilização dessa perspectiva, Rodrigues (2013, p. 10) conclui que “interseccionalidade precisa ser melhor difundida no Brasil, um país marcado por profundas desigualdades raciais, de classe e de gênero, pois permite a consolidação de uma teoria feminista mais apropriada às especificidades locais”. Na Comunicação, essa permanece uma abordagem pouco explorada. Libardi (2019) mostra que, entre 2008 e 2018, apenas um trabalho de pós-graduação em Comunicação havia se aproximado da perspectiva interseccional.

Com este artigo, pretendo realizar um mapeamento da pesquisa em Comunicação que articula gênero/raça, gênero/classe, raça/classe e gênero/raça/classe. Desse modo, pode-se reconhecer pontos fortes em nosso campo e, igualmente, verificar lacunas. Além de buscar esse panorama da área, detenho-me nos Estudos de Recepção, visando conhecer como a perspectiva interseccional tem sido explorada nas pesquisas que enfocam a relação entre os sujeitos e os meios de comunicação. É nessa área que se concentra o maior número de investigações preocupadas em articular as referidas categorias identitárias.

³ A Revista Estudos Feministas publicou, em português, o trabalho de Crenshaw intitulado “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, em 2002. CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

Para isso, realizei um levantamento das pesquisas apresentadas nos Encontros anuais da Compós na década passada – entre 2011 e 2020. Com esse recorte, acredito ser possível: a) conhecer o cenário atual da questão; b) reunir trabalhos de investigadores de diferentes níveis de formação – desde mestrados até pesquisadores sênior; e c) contar com trabalhos qualificados, uma vez que o evento é conhecido por realizar uma seleção criteriosa.

No site da entidade, é permitido o acesso aos anais das diferentes edições do evento. Em cada uma delas (de 2011 a 2020), foi realizada a busca por palavras-chave (apresentadas na seção 3). O sistema realiza a busca somente nos títulos, por isso foi necessária uma variedade de termos para abarcar uma representatividade de trabalhos sobre as temáticas consideradas. Após a pesquisa, foi realizada uma leitura flutuante (BARDIN, 2011) desses artigos para verificar se tratam de questões de gênero, raça e classe. Para isso, não é suficiente usar as noções apenas no sentido de variável sociodemográfica, sem interesse no estudo teórico ou analítico das noções.

A técnica de pesquisa bibliográfica foi empregada para conhecer o estado da arte. Ainda que de modo não tão protocolar, sigo as recomendações de Stumpf (2006) para o desenvolvimento desse tipo de estudo: a) identificação do tema e assuntos, partindo para a definição de palavras-chaves que deverão ser buscadas; b) seleção das fontes para permitir a realização da pesquisa (catálogos, revistas, eventos, etc.); c) localização e obtenção do material; e d) leitura e sistematização dos dados.

Acerca do conceito de interseccionalidade, destaco que não me atendo às pesquisas que o utilizam, e nem mesmo que teorizam sobre as articulações entre diferentes marcadores sociais, ou seja, não me restrinjo a trabalhos que se filiam a essa perspectiva e nem mesmo que a mencionem. Também não entendo que todo o estudo que trace relações entre diferenças opressoras precisem desse enquadramento. Contudo, faço uso da discussão sobre a teoria da interseccionalidade e a avalio como pertinente, e não é minha intenção distanciar-me por completo do sentido dado por Crenshaw em 1989 (2002), que, com a expressão, referia-se a

uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A seguir, realizo uma discussão sobre as diferenças entre feministas e marxistas, ressaltando o mérito de conjugar essas condições para o estudo de marcadores sociais diversos. Então, trago a análise realizada a partir de levantamento de trabalhos apresentados na Compós de 2011 a 2020, primeiramente com um olhar geral sobre as pesquisas de Comunicação que refletiram sobre gênero, classe e raça, e, posteriormente, dedicando-me àquelas que tratam de gênero/ raça, gênero/classe, raça/classe e gênero/ raça/ classe no âmbito dos Estudos de Recepção. Por fim, teço algumas considerações a título de encerramento, destacando, por um lado, o silenciamento de determinadas abordagens, destacadamente a da raça, assim como de uma perspectiva interseccional nos trabalhos enfocados em gêneros e sexualidades; e, por outro, a fértil contribuição dos estudos de recepção interseccionais para a área da Comunicação, que articulam essas identidades oprimidas e realizam importantes interconexões no enfrentamento de questões empíricas.

2. A tríade da opressão: gênero, raça e classe

A convergência de classe, raça/etnia e gênero reflete um comprometimento com a reflexão sobre a história, repleta de diferentes formas de opressão (SCOTT, 1986). Para Piscitelli (2008, p. 268), “raça, gênero e classe não são âmbitos diferentes de experiência que existem isoladamente uns dos outros, nem podem ser simplesmente montados em conjunto como se fosse um lego. Essas categorias existem em e por meio das relações entre elas”. E, acrescenta, “existem em relações íntimas, recíprocas e contraditórias”.

Apesar das similaridades, feminismo e marxismo têm sido historicamente colocados em oposição. Algumas das críticas mais contundentes à análise de classe, e especificamente ao marxismo, foram/têm sido feitas por feministas, que reivindicam a valorização da perspectiva de gênero para a teoria social. Por sua vez, Stolke (2004) fala de uma miopia de raça/etnia e de classe entre as estudiosas feministas. Trabalhos sobre essas temáticas ganharam destaque apenas recentemente, com o objetivo de dar voz às mulheres que não se encaixavam nos modelos que costumavam representar os estudos de gênero: mulheres brancas, ocidentais e de classe média.

Uma das críticas mais frequentes e, poderíamos dizer, pertinentes à análise de classe é feita pelo feminismo. “Provavelmente toda feminista de esquerda pode concordar comigo: Marxismo nunca realmente capturou gênero.” (SKEGGS, 2008, p. 2). Apesar das especificidades da subordinação feminina ao poder masculino, o marxismo não diferenciou a

relação de poder dos homens perante as mulheres daquela da burguesia para com a classe operária. A dominação masculina seria apenas uma variação de uma relação que tem origens econômicas, na luta de classes. Por esse motivo, conforme Scott (1986), a inserção dos estudos feministas dentro do marxismo é controversa, uma vez que os marxistas encararam as desigualdades das relações entre homens e mulheres como um “subproduto” da estrutura econômica capitalista, ou seja, o gênero não teve *status* analítico independente.

Para as feministas, a ausência das questões de gênero, geralmente através do silêncio – como expõe Wright, não há, necessariamente, uma defesa explícita da supremacia de classe, mas a ausência da questão nas análises de classe –, significaria uma negação da importância do gênero como fator causal significativo. Além disso, Wright admite que há marxistas, especialmente aqueles trabalhando sob uma perspectiva fortemente hegeliana, que insistem que a teoria marxista tenta explicar tudo. O sociólogo julga que, embora a aspiração por um projeto teórico totalizante não deva ser rejeitada *a priori*, na prática, “o marxismo não tem sido bem sucedido em efetuar essa ambição, e as perspectivas para realizar isso não são muito promissoras” (WRIGHT, 1997, p. 241, nota 3).

Franchetto, Cavalcanti e Heilborn (1981, p. 7-8) destacam duas principais formas de pensar o lugar da mulher na sociedade, ambas marcadas pela “opressão, subordinação, exploração em relação ao mundo masculino e/ ou em relação à sociedade de classe”. Uma dessas visões entende a posição de subordinação feminina como atributo social específico de ser mulher, que não pode ser visto como menor que outros, como a classe social ou a etnia. A outra enxerga a hierarquia homem/ mulher inserida em uma relação maior de opressão, a de classe. O verdadeiro dominador seria, assim, o capitalismo. O desequilíbrio nas relações de gênero só acabaria, portanto, com o fim da dominação de classe.

Diferentemente de autores que relacionam a submissão feminina diretamente ao capitalismo, Beauvoir (1980) assegura que o materialismo histórico não responde à questão sobre a origem da opressão feminina. O que se dá é a apropriação dessa submissão por parte do capitalismo. A autora afirma que regimes socialistas não mudaram as relações de gênero.

No entanto, assim como o marxismo não deu destaque às questões propriamente femininas, parte significativa dos estudos feministas, inicialmente realizados por mulheres majoritariamente brancas de classe média, deixaram de abordar aspectos relacionados às mulheres negras e de classes populares, por exemplo, exercendo, de certo modo, o mesmo

papel que muitas criticam em marxistas, mas dessa vez com o protagonismo do gênero sendo reivindicado.

Na história do pensamento feminista, a incorporação de outras diferenças não foi uma constante. Enquanto feministas negras, especialmente, destacavam a necessidade de incorporar o entendimento de que mulheres não são todas iguais, que não viviam o mesmo tipo de opressão, havia a ideia de que dar peso a outras diferenças, que não a de gênero, enfraqueceria o movimento. Até hoje, podemos perceber que as diferenças são reconhecidas, assim como a importância do estudo dessas, no entanto, isso não significa que essas outras identidades estejam incluídas nas investigações.

A reivindicação de que outras questões sejam interligadas a de gênero inicia no final dos anos 1970 (LUDVIG, 2006), especialmente por meio de feministas negras.

Se a teoria feminista americana branca não precisa lidar com diferenças entre nós, e a diferença resultante em nossas opressões, então como lidar com o fato de que as mulheres que limpam suas casas e cuidam de seus filhos enquanto você participa de conferências sobre teoria feminista são, a maior parte, mulheres pobres e mulheres de cor? O que é a teoria por trás do feminismo racista? (LORDE, 1984 apud LUDVIG, 2006, p. 245).

Walkerdine (1990, p. 157) avalia que as feministas que estudam classe social aprenderam muito com as feministas negras e seu modo próprio de tratar suas pesquisas e suas reivindicações. “Elas estavam com raiva, eram emocionais, não secas e racionais como muitos homens acadêmicos colocando classe como uma questão que não tinha nada a ver com suas subjetividades”. De fato, encontramos, ainda nos 1980 e, mais destacadamente, nos anos 1990, feministas com origem na classe popular tratando de temas diretamente relacionados a suas identidades pessoais e demonstrando esse envolvimento com o tópico estudado.

3. Gênero, raça e classe em pesquisas da Comunicação: um estado da arte

Para mapear a presença das discussões sobre gênero, raça e classe na pesquisa em Comunicação na década de 2010, foi realizada uma busca, em cada uma das edições do Encontro anual da Compós (2011-2020), pelas seguintes palavras-chave: gênero, mulher, homem, garot(o)(a), menin(o)(a), femini(o)(a)(ilidade)(ismo), masculin(o)(idade), sexualidade, raça, racis(mo)(ta), racista, negr(o)(a)(itude), bran(co)(quitude), black, pret(o)(a),

etni(a)(co), cor, colorismo, classe, popular⁴, pobre(z), rico/riqueza, periferia, favela, luxo, desigual(dade) e interseccional(idade).

Após, foi realizada uma leitura flutuante (BARDIN, 2011) para reconhecimento dos trabalhos pré-selecionados e afinamento da triagem. Alguns estudos, em que as questões de gênero, raça e classe não eram de modo algum analisadas – apenas constaram nos resultados pelo uso de termos como mulher, gênero no sentido de narrativa, cor, periférico, popular, etc. –, foram desconsiderados. Feita essa triagem, passo a contar com 113⁵ trabalhos sobre gênero, raça ou classe, interseccionais ou não, de um total de 1.680⁶ artigos apresentados no período, o que representa 6,6% dos trabalhos.

TABELA 1
Temáticas de acordo com o ano

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Gênero	3	1	3	2	2	7	8	7	8	11	53
Raça	2	-	-	-	2	-	-	1	1	3	11
Classe	3	1	4	5	2	1	3	1	1	2	23
Gênero e Raça	1	-	1	-	-	-	1	-	1	1	5
Gênero e Classe	-	-	-	1	3	1	2	2	1	2	12
Raça e Classe	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1	2
Gênero, Raça e Classe	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2	3
Outro	-	-	-	1	-	-	-	1	-	2	4

FONTE – A AUTORA, 2021

⁴ A pesquisa a partir da palavra “popular” levou a trabalhos com preocupações díspares. Um exemplo são as pesquisas que tratam de “cultura popular”, que incluem, por exemplo, estudo sobre as pornochanchada, que não aborda questões de classe; ou “jornal popular”, que apenas comenta que se trata de veículo noticioso destinado a pessoas de baixa renda, mas não relaciona seus achados ao fato de os consumidores-alvo serem de uma classe determinada. No sentido de classes/camadas populares, foram poucos artigos encontrados, e apenas esses foram considerados.

⁵ Uma vez que o mecanismo de pesquisa do site da entidade permite apenas resultados a partir de termos do título do artigo, é possível que trabalhos que não expuseram de forma tão direta a relação com aspectos relacionados a pesquisas de gênero, raça e classe tenham ficado de fora do *corpus*. Para que esse problema fosse minimizado, além das palavras-chave apresentadas, também foram incluídas outras, que não levaram a nenhum resultado, como gay, lésbica, drag, trans, black, colorismo, dinheiro, burgu(esia)(ês)(esa), financeiro, capitalismo, miser(ia)(avel).

⁶ De 2011 a 2014, são 150 trabalhos por ano na Compós, 10 em cada um dos 15 GTs. De 2015 a 2018, passaram a ser 170 – foram criados os GTs Consumos e processos de comunicação; Som e Música; e Memória nas Mídias, e deixou de existir o GT Comunicação e processos organizacionais. Em 2019, esse último grupo de trabalho volta, agora denominado Estudos de comunicação organizacional, e são somados os GTs Comunicação, arte e tecnologias da imagem e, chamo a atenção, Comunicação, gêneros e sexualidades. Assim, foram 200 trabalhos em 2019, assim como em 2020.

Como se verifica na Tabela 1, os trabalhos foram separados por temáticas e anos de apresentação, especificando-se aqueles que se debruçaram sobre questões de gênero⁷, raça ou classe; no cruzamento de gênero e raça, gênero e classe, raça e classe, gênero, raça e classe; ou enfocaram outras articulações – gênero e geração (1), gênero e neurodivergência (1), gênero e religião (1), classe e gênero (1).

Acerca dos dados encontrados, destaco o aumento no número de investigações interessadas na problemática de gênero de 2016 em diante. A criação do GT Comunicação, gêneros e sexualidades, em 2019, vai ao encontro desse crescimento – mas é muito mais um resultado da demanda por um espaço para abrigar essas discussões, do que uma potencializadora do aumento do número de trabalhos.

A “Primavera feminista”⁸, de que fala Escosteguy (2020), se reflete em um aumento de estudos da comunicação sobre a temática de gênero a partir de 2015, o que fica demonstrada no *corpus* apresentado na Tabela 1. A elevação da quantidade de trabalhos com esse enfoque⁹ em 2020 ilustra isso: são 18 trabalhos sobre gênero, sendo sete desses interseccionais – gênero e classe (2), gênero e raça (1), gênero, raça e classe (2), gênero e religião (1), gênero e neurodivergência (1).

Por outro lado, chama a atenção o baixo número de trabalhos dedicados à questão de raça. Por ser o Brasil um país de maioria negra (IBGE, 2020) e tendo o conceito de interseccionalidade surgido pelo feminismo negro, esse era um dado que não imaginava encontrar. No Norte mundial, é a classe a categoria na qual menos se investe na abordagem interseccional. “Quando se pensa no conceito de interseccionalidade, geralmente as pessoas pensam em ‘raça, gênero e classe’. Em muitos estudos, no entanto, a parte da ‘classe’ é invisível, silenciosa, reconhecida como importante, mas raramente sistematicamente endereçada” (POLITICS & GENDER, 2007, p. 231).

⁷ Neste artigo, os estudos de sexualidade estão incluído na categoria “gênero”.

⁸ Esse momento histórico se configura a partir “de grandes manifestações feministas como a Marcha das Margaridas, das Mulheres Negras, do Empoderamento Crespo, entre outras, e o horizonte aberto pela explosão dos feminismos, impulsionada pelas novas mídias digitais e por movimentos sociais negros, de favelas e de diversidade sexual.” (ESCOSTEGUY, 2020, p. 110-111).

⁹ Há, ainda, artigos que tratam a categoria de gênero simplesmente como variável sociodemográfica, como verificava Escosteguy (2002) no início dos anos 2000. Mesmo abordando temas claramente “femininos”, encontramos trabalhos em que se verifica uma fuga do enfrentamento da questão. É o caso, por exemplo, de um estudo sobre a intimidade e o afeto narrados por mulheres por meio do Youtube, que, no entanto, admite não “adentrar numa discussão mais aprofundada sobre feminismo – que não é o objetivo deste trabalho” (ZANETTI; MESCHIATTI, 2018, p. 20).

Em Meios e Audiências III (JACKS et al, 2017), que analisou os trabalhos preocupados com a relação entre os sujeitos e os meios de comunicação defendidos nos programas de pós-graduação em Comunicação entre 2010 e 2015, essa ausência pode ser percebido na inexistência de capítulo sobre raça – classe, gênero, jovens e crianças contam com capítulos específicos. Além disso, buscando pelos termos raça/racismo e negro(a), encontram-se poucos trabalhos no referido livro, o que vai ao encontro do que foi encontrado aqui.

Relativo a artigos sobre classe, as maiores variações são notadas em 2013 e 2014. Entre 2013 e 2015, há um interesse particular dos estudos de cinema sobre a periferia e os marginalizados. Ainda que em muitos casos o trabalho enfoque questões estéticas e não discuta aspectos da categoria de classe, é possível inferir que esse aumento demonstra um crescimento da produção cinematográfica sobre esse grupo¹⁰. Podemos relacionar esse interesse – seja da produção cinematográfica, das telenovelas, dos estudiosos do cinema ou de pesquisadores de outras áreas – ao fenômeno brasileiro de ascensão social e de crescimento de camadas populares como grupos de consumidores em potencial no início desta década – o “boom da nova classe média” (SIFUENTES, 2014), ou “guinada do popular” (SERELLE, 2014).

Ademais, verifica-se que a classe passou a ser uma categoria defendida com afinco por aqueles que a estudam. Destacam-se trabalhos, incluídos no *corpus*, que se dedicaram a analisar o uso da noção em estudos da área ou que, ao menos, referendam esses estudos de balanços críticos sobre a questão (FIGARO; GROHMANN, 2013; SIFUENTES, 2015; GROHMANN, 2016; OLIVEIRA-CRUZ, 2018).

Alguns dos artigos que compõem a Tabela 1 são metapesquisas sobre os temas do gênero e da classe, preocupados em realizar um estado da arte sobre essas questões. Escosteguy é responsável por contribuições importantes para conhecer os estudos feministas e sua relação com o objeto comunicacional. Primeiramente, a autora realiza um esforço para recuperar marcos históricos do período inaugural (1974-1991) dos estudos culturais anglo-saxões, “que

¹⁰ “Se nos anos 1960 questões ideológicas e classistas eram acionadas e ressaltadas nas análises filmicas, nas décadas posteriores esse quadro se transformou drasticamente. A partir dos anos 1970 e, notadamente dos anos 1980, o cinema brasileiro foi pautado pela tendência da particularização do enfoque, recortando temas em biografias, atento à expressão peculiar de sujeitos específicos (MESQUITA, 2010). Abandonando o modelo sociológico, o cinema se pautava agora por abordagens e influências de teor antropológico (XAVIER, 2006). Tal mudança de perspectiva é correlata de processos nas ciências humanas, no que se conhece por guinada subjetiva (SARLO, 2007) – os esforços migraram de grandes diagnósticos sociais para observação de experiências singulares, da macro para a micro-história, de estruturas para sujeitos, de sociedades para indivíduos. Tanto nos filmes quanto nos corpos teóricos, a noção de classe saiu de cena, com algumas exceções. Eis que, sobretudo a partir dos anos 2000, surgem alguns filmes brasileiros de grande potência e reverberação que recolocam fortemente a problemática das classes sociais [...] (SOUTO, 2013, p. 2).

evidenciam vinculações entre estudos culturais e de gênero, com viés feminista, com vistas à explicitação de um programa de pesquisa em estudos culturais feministas” (ESCOSTEGUY, 2018, p. 1). No ano seguinte, discute trabalhos brasileiros sobre mídia e gênero compreendidos no período entre 1970 e 2015 (ESCOSTEGUY, 2019). Com seu levantamento, indica pistas importantes sobre a continuidade dessas investigações nos anos vindouros. Esse tipo de estudo colabora para uma consolidação do campo, mostrando sua trajetória e também apontando lacunas.

Do *corpus* constituído, poucos trabalhos se enquadram como interseccionais¹¹, são 26 ao todo, o que representa 1,5% de todos os trabalhos apresentados na Compós no período – 22 articulam gênero e raça; gênero e classe; raça e classe; ou gênero, raça e classe. Em 2012, não há nenhum trabalho interseccional. O último ano do Encontro da Compós é uma exceção positiva, uma vez que chego a oito trabalhos, com as diferentes articulações aqui consideradas.

TABELA 2
 Trabalhos interseccionais – gênero / raça / classe – na Compós (2011-2020)

Ano	Título	Autor	GT	Intersecção
2011	A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora	Fabiana Moraes, Marcia Veiga da Silva	Estudos de Jornalismo	Gênero e Raça
2013	Xica da Silva e a eclosão da memória e cultura negras: samba enredo e cultura midiática midiática	Liv Sovik	Cultura das Mídias	Gênero e Raça
2014	De gastadores a econômicos: uma narrativa midiática de transformação do estilo de vida dos segmentos populares em ascensão	Ana Carolina D. Escosteguy	Estudos de televisão	Gênero e Classe
2015	Classe social e o consumo de telenovela por mulheres: um estudo comparativo	Lírian Sifuentes	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Gênero e Classe
2015	Telenovelas e a questão da feminilidade de classe	Veneza Mayora Ronsini	Comunicação e sociabilidade	Gênero e Classe
2015	Orange é o novo gênero: ressignificações e transsignificações do feminino /masculino em formato televisivo para plataforma web	Tania Siqueira Montoro, Clarissa Raquel Motter Dala Senta	Estudos de televisão	Gênero e Classe
2016	Os sentidos das telenovelas nas trajetórias sociais de mulheres da classe dominante	Veneza Mayora Ronsini, Otávio Chagas Rosa, Hellen Barbiero, Marina Machiavelli	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Gênero e Classe
2017	Circulação de sentidos sobre a mulher latina: reflexões e tensionamentos a partir da recepção	Regiane Ribero e Valquíria Michela John	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Gênero e Raça

¹¹ Tratando algumas dessas categorias: gênero, raça ou classe.

	transmidiática de Orange is the New Black			
2017	Experimentações metodológicas e interseccionalidade em relatos de sertanejas conectadas pelo Facebook	Tamires Ferreira Coêlho	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Gênero e Classe
2017	Telenovelas, classe e capital simbólico	Veneza Mayora Ronsini	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Gênero e Classe
2018	Sobre costurar teoria social e realidade empírica na recepção: uma proposta de sistematização do gênero e classe como conceitos analíticos a partir do <i>habitus</i>	Milena Freire de Oliveira-Cruz	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Gênero e Classe
2018	Imprensa feminista brasileira e interseccionalidade	Viviane Gonçalves Freitas	Comunicação e política	Gênero e Classe
2018	O menino negro da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores de El País	Thaís Furtado, Juliano Doretto	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Raça, Classe e Geração
2018	A periferia do lar nas telas do cinema: o lugar das empregadas em Que horas ela volta e Aquarius	Maurício de Bragança, Tatiana Siciliano, Lícia Marta da Silva Pinto	Cultura das mídias	Gênero, Raça e Classe
2019	Algoritmos racistas: uma análise da hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais	Fernanda Carrera, Denise Carvalho	Comunicação e cibercultura	Gênero e Raça
2019	Distinção e estilo de vida: recepção de A Regra do Jogo por mulheres de diferentes classes sociais	Camila da Silva Marques	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Gênero e Classe
2020	A raça e o gênero da estética e dos afetos: algoritmização do racismo e do sexismo em bancos contemporâneos de imagens digitais	Fernanda Carrera	Comunicação, Gêneros e Sexualidades	Gênero e Raça
2020	A cidadania feminina na microssérie Amorteamento (2015)	Maria Angela Pavan, Carla Patrícia Oliveira de Souza	Estudos de televisão	Gênero e Classe
2020	Masculinidade em vertigem: a revolução será contra o patriarcado ou não será	Icaro Ferraz Vidal Junior, Mauricio de Bragança	Cultura das mídias	Gênero e Classe
2020	Negritude, periferia e (in)visibilidades: reflexões sobre os atravessamentos socioculturais da agência Resposta	Joselaine Caroline, Enéias Brum	Recepção, circulação e usos sociais das mídias	Raça e Classe
2020	Dispositivo interacional, interseccionalidade e biopotência	Pâmela Guimarães-Silva	Comunicação e sociabilidade	Gênero, Raça e Classe
2020	Mulheres negras e mundo do trabalho: interseccionalidades (im)possíveis nas séries originais NETFLIX	Regiane Ribeiro	Estudos de comunicação organizacional	Gênero, Raça e Classe

FONTE: A AUTORA, 2021

Destaco a predominância dos trabalhos interseccionais no GT Recepção, circulação e usos sociais das mídias, com nove artigos – de um total de 22. A prevalência de pesquisa com sujeitos, que seriam por natureza interseccionais, pode justificar esse achado. Outros GTs que costumam contar com estudos de representação também aparecem com algum destaque: Estudos de Televisão (3), Cultura das mídias (3) e Comunicação e sociabilidade (2). Os GTs Estudos de Jornalismo, Estudos de comunicação organizacional, Comunicação e política, Comunicação cibercultura, e Comunicação, gêneros e sexualidades aparecem uma vez na Tabela 2. Se algumas dessas áreas podem ser consideradas tradicionalmente menos preocupadas com essas temáticas – embora os objetivos desses grupos não divirjam desses interesses¹² – chama a atenção a pouca frequência de trabalhos interseccionais no grupo de trabalho dedicado às questões de gênero. Talvez ainda hoje prevaleça o que foi apontado no item 2 deste artigo, isto é, um temor de que se dando importância a outros marcadores, de forma concomitante, o movimento feminista, ou então a análise das relações de gênero, sejam enfraquecidos, ideia com a qual discordo. Considero uma falha dos trabalhos reunidos no GT de Comunicação, gêneros e sexualidades não explorarem os cruzamentos dessa categoria com raça e classe.

4. Os estudos de recepção interseccionais

Estudo de Recepção é um termo guarda-chuva, sob o qual pesquisas díspares são enquadradas. O que vemos costumeiramente é uma indistinção entre termos (JACKS; ESCOSTEGUY, 2005; SIFUENTES, 2014), não havendo uma problematização sobre a pesquisa de recepção propriamente, considerada como aquela que abarca distintas correntes preocupadas com a relação entre o sujeito e os meios de comunicação.

¹² Emenda GT Estudos de Jornalismo: “Visa problematizar e discutir distintos modos de estruturação, apuração, produção, circulação, recepção e consumo de conteúdos e formatos noticiosos, observando representações e mediações do jornalismo na sociedade.” Emenda GT Comunicação e política: “Abrange estudos teóricos e empíricos dedicados a examinar atores, fenômenos, linguagens, discursos e instituições pertinentes à interface mantida entre Comunicação e Política”. Emenda GT Estudos de comunicação organizacional: “São de interesse do GT estudos sobre as relações político-comunicacionais entre organizações, públicos e sociedade, [...] as relações de poder, as estratégias de visibilidade, a opinião pública e a legitimidade das organizações, a comunicação na conformação das relações de trabalho, de gênero e diversidade nas organizações. Emenda GT Comunicação e cibercultura: “Agrega pesquisas sobre as atuais formas de produção, consumo, armazenamento e distribuição de dados digitais, bem como sobre a correlata performatividade algorítmica em interfaces com os atuais problemas da comunicação e da cultura contemporâneas. [...] as dinâmicas sociocomunicativas nas redes sociais, as questões de sociabilidade, automonitoramento, identidade e formação do sujeito.”

Gomes (2004) salienta as distinções entre as pesquisas de Efeito e as de Recepção. Nessa última, porém, inclui todas aquelas abordagens que estudam as relações entre mídia e público com um viés sociocultural, no âmbito dos estudos da Comunicação.

Os *Estudos de Recepção* [...] caracterizam-se por procurar entender o lugar do receptor no processo comunicativo a partir da perspectiva de sua *atividade* e, portanto, negando as concepções que o entendem passivo, já que condicionado por um esquema linear de comunicação. Não necessariamente quantificam ou tipificam as audiências, embora possam recorrer a esta estratégia com fins metodológicos; não necessariamente se preocupam com o poder dos meios sobre as pessoas. Definem-se antes como aqueles estudos que procuram dar conta da ‘relação’ entre os meios e os receptores a partir da negação de que essa relação seja mero ‘efeito de uns sobre outros’. (GOMES, 2004, p. 16).

Contudo, mais do que um nome, o termo carrega um significado. Jacks e Escosteguy (2005, p. 110) falam de uma “desordem na denominação dos estudos empreendidos”, e indicam a carência de uma problematização acerca dessa designação, pois “tudo ou quase tudo que gire em torno de receptores, passa a chamar-se de estudos de recepção, independente do viés teórico implicado”. As autoras consideram, ainda, que, devido à falta de debate conceitual sobre o tema, “a ausência de terminologia comum [...] tem dificultado a organização dessa vertente de pesquisa no país, assim como confundido os escassos espaços onde ocorre essa discussão” (Ibid., p. 111).

Apesar de conhecedora, e defensora, dessa discussão e de um refinamento na forma de nomear os estudos sob esse “guarda-chuva”, não desconsidero que essa classificação ampla – “estudo de recepção” – seja útil, por permitir um modo de identificação geral da área. Assim, a ideia é tomar “estudo de recepção” como esse termo abrangente para realizar a seleção de trabalhos que receberão atenção especial na sequência desse artigo; e, complementarmente, buscar classificá-los como estudo de consumo midiático ou estudo de recepção (ESCOSTEGUY; SIFUENTES, 2011; TOALDO; JACKS, 2013; SIFUENTES, 2014; JACKS et al, 2017).

os que analisavam a relação mais ampla com os meios foram classificados como consumo midiático e os que tratavam da relação mais estreita com os veículos, programas, gêneros midiáticos e conteúdos específicos foram classificados como recepção, pois referem-se às pesquisas que buscam a interpretação, a produção de sentido em relação a algum tipo de conteúdo produzido pelos meios (JACKS et al, 2017, p. 15).

Como destacam as autoras, esses foram os dois principais enfoques nos quais foram classificadas as pesquisas, mas também foram incluídas as abordagens de consumo cultural, conversação em rede e usos e competências comunicacionais em plataformas.

Conforme a Tabela 3, foram encontrados oito trabalhos de recepção com viés interseccional, todos apresentados no GT Recepção, circulação e usos sociais das mídias.

TABELA 3
 Trabalhos interseccionais de recepção na Compós (2011-2020)

Ano	Título	Autor	Instituição	Classificação
2015	Classe social e o consumo de telenovela por mulheres: um estudo comparativo	Lírían Sifuentes	PUCRS	Consumo
2016	Os sentidos das telenovelas nas trajetórias sociais de mulheres da classe dominante	Veneza Mayora Ronsini, Otávio Chagas Rosa, Hellen Barbiero, Marina Machiavelli	UFMS	Consumo
2017	Experimentações metodológicas e interseccionalidade em relatos de sertanejas conectadas pelo Facebook	Tamires Ferreira Coêlho	UFOP	Usos e competências comunicacionais em plataformas
2017	Telenovelas, classe e capital simbólico	Veneza Mayora Ronsini	UFMS	Consumo
2017	Circulação de sentidos sobre a mulher latina: reflexões e tensionamentos a partir da recepção transmidiática de <i>Orange is the New Black</i>	Regiane Ribero e Valquíria Michela John	UFPR	Recepção
2018	Sobre costurar teoria social e realidade empírica na recepção: uma proposta de sistematização do gênero e classe como conceitos analíticos a partir do <i>habitus</i>	Milena Freire de Oliveira-Cruz	UFMS	Consumo
2018	O menino negro da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores de <i>El País</i>	Thaís Furtado, Juliano Doretto	UFRGS/ Fiam-Faam	Recepção
2019	Distinção e estilo de vida: recepção de <i>A Regra do Jogo</i> por mulheres de diferentes classes sociais	Camila da Silva Marques	UFMS	Recepção

FONTE: A AUTORA, 2021

Acerca da classificação em “Recepção” ou “Consumo”, a partir do autores considerados, em especial Jacks et al (2017), o princípio norteador foi o enfoque das pesquisas: se na relação mais ampla entre os sujeitos e a mídia/ gênero narrativo – telenovelas (SIFUENTES, 2015; RONSINI et al, 2016; RONSINI, 2017), publicidade (OLIVEIRA-CRUZ, 2018); ou nas respostas e interpretações a um produto em específico – “Orange is the new black” (RIBEIRO; JOHN, 2017), o menino negro da foto, em *El País* (FURTADO;

DONETTO, 2018); A Regra do Jogo (MARQUES, 2019). O estudo de Coêlho (2017) não pôde ser classificado como nenhum dos dois, pois a investigação não toma como ponto de partida a leitura de um produto midiático, e sim os usos do Facebook por mulheres sertanejas. Especificamente, o objetivo da pesquisa foi “analisar como a ação de ‘aparecer’ no Facebook – imagética e discursivamente – pode ativar potências enunciativas capazes de auxiliar na construção da autonomia como importante dimensão da subjetivação política das mulheres” (COÊLHO, 2016, p. 2). Por isso, considero como um estudo de “usos e competências comunicacionais em plataformas” (JACKS et al, 2017).

Na análise apresentada a seguir, destaco, a partir da leitura desses trabalhos, o modo como encaram as articulações entre gênero/raça, gênero/classe, raça/classe ou gênero/raça/classe – não há uma atenção especial ao embasamento teórico geral da pesquisa, aos procedimentos metodológicos adotados ou mesmo às conclusões a que chegam.

O primeiro deles, em ordem cronológica, é o de Lírian Sifuentes, “Classe social e o consumo de telenovela por mulheres: um estudo comparativo” (2015), que dá ênfase à questão de classe social: o termo é uma de suas palavras-chave (gênero não é); a defesa da categoria como merecedora de destaque nos estudos de comunicação inicia seu texto; e sua questão norteadora indica: “qual o papel da classe social no consumo de mídia e telenovela por mulheres de diferentes grupos sociais?” (SIFUENTES, 2015, p. 2).

Apesar da centralidade da mediação da classe, o fato de suas entrevistadas serem mulheres não deixa de ser analisado à luz da teoria de gênero – embora sem aprofundamento. As leituras sobre a representação das relações de gênero e das mulheres nas telenovelas é um dos eixos de análise. Entre seus resultados, mostra que as entrevistadas da classe média fazem uma leitura menos conservadora da sexualidade.

No que concerne às leituras das relações de gênero, as mulheres da classe média reivindicam uma posição mais igualitária para a personagem feminina do que as batalhadoras e, principalmente, do que as raladoras. Essas não deixam de destacar a importância da independência feminina e apontar como positivos os exemplos de mulheres profissionais nas novelas. Contudo, o julgamento das raladoras acerca das personagens é principalmente moral, repreendendo o comportamento feminino considerado vulgar, promíscuo e, portanto, vergonhoso. (SIFUENTES, 2015, p. 14)

Veneza Mayora Ronsini possui duas pesquisas (2016 e 2017) entre as oito do *corpus* – sendo uma assinada junto com membros do grupo de pesquisa que coordena. Além disso, dois artigos do *corpus* resultam de teses de doutorado orientadas por ela – de Milena Freire de Oliveira-Cruz (2018) e de Camila da Silva Marques (2019). Assim sendo, podemos destacá-la

como uma pesquisadora preocupada com o entrecruzamento entre classe e gênero¹³ – a partir do ponto de vista de uma analista que privilegia a classe social.

Em “Os sentidos das telenovelas nas trajetórias sociais de mulheres da classe dominante” (2016), que Ronsini assina com Otávio Chagas Rosa, Hellen Barbiero e Marina Machiavelli, demonstra a interdependência entre esses marcadores para pensar os valores de feminilidade apresentado pela mídia e consumidos pelas mulheres. Em sua análise, a autora traça diversas relações entre classe e gênero, visibilizando de que forma pertencer a uma classe afeta os modos de viver a feminilidade e, também, o modo como ser mulher modifica a experiência da classe social.

Em “Telenovelas, classe e capital simbólico” (2017), Ronsini inicia se posicionando sobre duas das categorias em relevo aqui: “Como a questão de gênero está condicionada à classe social e como o gênero medeia a interpretação das relações de gênero por mulheres de classe popular, estas são as questões de fundo trabalhadas neste texto. O senso do que elas são como mulheres é estruturado pela classe social.” (RONSINI, 2017, p. 1). Assim, embora não empregue o termo “interseccional/interseccionalidade”, as articulações entre classe e gênero desenvolvidas ao longo dos dois artigos são ricas para se pensar de que modo uma categoria impacta e é impactada pela outra.

Tamires Ferreira Coêlho, autora de “Experimentações metodológicas e interseccionalidade em relatos de sertanejas conectadas pelo Facebook” (2017), expõe no título seu interesse pelo entrecruzamento de categorias. Do mesmo modo, já inicia seu texto posicionando-se: “A partir de um olhar epistemologicamente inspirado pelos feminismos” (p. 1). Apesar do foco do artigo de Coêlho ser a metodologia de sua tese de doutorado, ela não deixa de dar pistas sobre as articulações entre as identidades de gênero e classe acionadas. O entendimento da autora é de que o pertencimento de classe afeta o modo como vivem as relações de gênero.

Partimos da necessidade de compreender esse aparecer em redes sociais virtuais, sobretudo em regiões empobrecidas, de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e com acesso precário à internet e a outros meios de comunicação – locais nos quais as ferramentas digitais apareceram abruptamente e quase que simultaneamente à chegada da TV. Além disso, é necessário pesquisar esse cenário, ainda marcado pelo patriarcado e por uma cultura sexista, levando em conta as

¹³ Escosteguy (2020) destaca que, ainda nos início dos 1990, Ronsini já demonstrava preocupação com o entrecruzamento de classe e gênero, questões presentes em sua dissertação de mestrado “Cotidiano rural e recepção televisiva: o caso de Três Barras” (1993). E também assinala que “esse enfoque vai adquirir força em várias de suas orientações de mestrado e doutorado a partir de meados dos anos 2000” (ESCOSTEGUY, 2020, p. 121).

possibilidades de construção da autonomia política que podem emergir a partir do aparecer no Facebook. (COELHO, 2016, p. 3)

A pesquisadora descreve as condições de vida no município estudado, no interior do Piauí, marcado pelo isolamento geográfico, mantido pela agricultura familiar e por programas de transferência de renda, possuindo um dos piores IDHs do Brasil. Ficam evidentes, no relato da pesquisa de Coelho, as dificuldades que suas entrevistadas passam por serem mulheres e “empobrecidas”, como se refere – “resultado do controle e da manutenção de poderes que violentam cidadãos, mantendo-os naquelas condições” (Ibid., p. 7).

A autora dialoga, indiretamente, com Ronsini (2017), igualmente observando aspectos relativos ao padrão de beleza reproduzido pelas pesquisadas do sertão, que não condizem com seus biótipos, mas com aqueles de outras regiões e de outras classes sociais. Observo, ainda, que Coelho usa o conceito de interseccionalidade, citando-o a partir de Crenshaw.

Oliveira-Cruz, em “Sobre costurar teoria social e realidade empírica na recepção: uma proposta de sistematização do gênero e classe como conceitos analíticos a partir do *habitus*” (2018), assume sua perspectiva no início de seu texto: “partimos do princípio que as noções de classe e gênero são fundamentais para compreender desde a estrutura e legitimação da ordem social até a organização simbólica da experiência que os sujeitos têm de si e do mundo em que vivem”, e defende “a necessidade de trabalhar estes conceitos como operadores analíticos e não apenas como categorias que classificam os grupos pesquisados.” (OLIVEIRA-CRUZ, 2018, p. 2)

A autora não tece longos comentários sobre a teoria da interseccionalidade, mas não deixa de mencioná-la, e justifica:

buscamos debater a confluência de dois eixos temáticos tidos como lacunas entre estudos das audiências: a intersecção entre os conceitos de gênero e classe e a sua operacionalização teórico-metodológica. Falamos em intersecção por entendermos que não se trata tão somente de agrupar as duas categorias em uma pesquisa, mas concentrar-se em como cruzá-las respeitando a especificidade de cada questão (SIFUENTES, 2014). (OLIVEIRA-CRUZ, 2018, p. 3)

Sua proposta é articular esses conceitos a partir do conceito de *habitus*, de Bourdieu. A partir de uma extensa coleta de dados, resultado de sua imersão na vida das mulheres pesquisadas, discute esses achados focalizando as mediações de classe e gênero.

“Circulação de sentidos sobre a mulher latina: reflexões e tensionamentos a partir da recepção transmidiática de *Orange is the New Black*” (2017), de Regiane Ribero e Valquíria

Michela John, investiga como circulam as representações da mulher latina na ficção seriada norte americana consumidas no Brasil via streaming, com foco na Netflix e HBO Go. Após uma exploração nessa perspectiva, o estudo se dedica à recepção transmidiática de “Orange is the New Black”, a partir da página da série criada pelos fãs.

O artigo não discute o conceito de interseccionalidade, mas seu interesse converge nesse sentido, uma vez que articula “noções que envolvem as questões de gênero e imigração e suas representações na constituição da mulher latina presente nas narrativas ficcionais televisivas”. (RIBEIRO, JOHN, 2017, p. 5). As autoras afirmam, ainda, que estão preocupadas com o caráter multicultural da mulher latina, “constituído de mestiçagens e hibridações e frequentemente reduzido/estereotipado ao contexto da migração, num cenário de pobreza, criminalidade, ignorância, prostituição, subserviência, hipersexualidade, exotividade, passividade e violência de gênero” (RIBERO; JOHN, 2017, p. 2). O trabalho mostra que discutir a representação da mulher latina não é uma preocupação dos fãs da série, mesmo que esses sujeitos – mulheres latinas – estejam apresentadas no produto ficcional.

Thaís Furtado e Juliana Doretto, autoras de “O menino negro da foto: a produção de sentidos nos comentários dos leitores de El País” (2018), abordam aspectos da infância, da raça e da pobreza presentes na representação e na discussão acerca do menino fotografado no réveillon de Copacabana. Entre as articulações, aquela colocada em destaque pelas autoras é a da infância (geração), avaliando que a desconsideração, pela publicação e pelos leitores, de quem realmente é aquela criança é uma abordagem típica da infância. Não há um esforço de tecer relações entre as categorias.

Por fim, o último trabalho que compõe esta análise, apresentado no Encontro da Compós de 2019, é o de Camila da Silva Marques, intitulado “Distinção e estilo de vida: recepção de A Regra do Jogo por mulheres de diferentes classes” (2019). Notam-se similitudes especialmente com o estudo de Sifuentes (2015), pois também centraliza a questão de classe: “O papel da classe social na recepção da telenovela é, então, central para o presente estudo, pois é através dela que procuramos entender como a recepção e o consumo de produtos midiáticos, simbólicos e materiais [...] conformam o estilo de vida de mulheres de diferentes classes sociais.” (MARQUES, 2019, p. 3).

A articulação não deixa de se fazer presente, especialmente na discussão empírica, como assinala a autora: “Isso não significa contudo que o gênero seja subsumido na classe, e

justamente por isso, tomamos consciência do peso relativo de cada um desses *habitus* e propomos uma articulação empírica entre eles.” (Ibid.)

Entre seus resultados, coloca luz sobre o que significa pertencer a uma determinada classe para a efetivação das leituras da mídia de suas entrevistadas, em alguns momentos ressaltando interpretações a partir do aporte de gênero: “há um *habitus* de gênero compartilhado entre todas elas, independente da classe social, havendo também uma leitura compartilhada de que essa mulher perfeita é geralmente aquela que não pertence aos setores populares.” (MARQUES, 2019, p. 17).

5. Considerações finais

O impacto de experiências acadêmicas no exterior é citado por Escosteguy (2020) como importante motivador para a aproximação de pesquisadores brasileiros com abordagens ainda pouco exploradas no Brasil, entre elas, as temáticas relativas a gênero – como a teoria *queer* e a da interseccionalidade –, que têm desenvolvimento avançado em países como Estados Unidos e Inglaterra. Em 2013, durante meu estágio de doutorado nos Estados Unidos¹⁴, tive contato pela primeira vez com o conceito de interseccionalidade, quando ainda não havia trabalhos brasileiros na Comunicação utilizando-o. Desde então, flerto com tal perspectiva.

Aqui, defendendo sua utilização (e assumo esse relacionamento) por pesquisar os marcadores de classe e gênero e testemunhar há mais de uma década a concorrência estéril entre Feminismo e Marxismo, apesar das várias concordâncias entre ambos – buscam entender as condições que colaboram para a reprodução de opressões, bem como as consequências delas; acreditam que essas formas de opressão devem e podem ser suprimidas; veem a luta dos grupos oprimidos como central para um processo de transformação social; e tanto intelectuais feministas quanto marxistas têm como importante justificativa para suas pesquisas a tentativa de colaborar com um projeto emancipatório (WRIGHT, 2001). Assim, a perspectiva interseccional mostra-se fértil para essas explorações, que podem, e devem, incluir ainda outras categorias, como raça, geração, região, etc.

Como assinala Miliband (1900), o sujeito social é uma “entidade complexa e contraditória”, “um conjunto de elementos múltiplos” que coexistem, o que será mais visível à medida que se analisar indivíduos concretos. De tal modo, aproximamo-nos dos Estudos de

¹⁴ Na Texas A&M University, com tutoria do Professor Antonio La Pastina.

Recepção, há décadas dedicados a conhecer esses sujeitos de “carne e osso”. Isso pode ajudar a explicar porque parte significativa das investigações interseccionais que constituíram o *corpus* deste trabalho são trabalhos de “recepção” (ou consumo, ou usos). Contudo, embora possamos entender essa relação mais estreita, isso não justifica a falta de estudos interessados nesses entrecruzamentos com outros vieses. Destaco, especialmente, a ausência de um olhar interseccional nos artigos apresentados no GT Comunicação, gêneros e sexualidades. Mais do que uma crítica ao grupo de pesquisadores debruçados sobre a temáticas das mulheres, feminilidades, masculinidades, LGBTQI+, teoria *queer*, etc, penso que esse mapeamento faz um alerta para a importância da conjugação de opressões para melhor entender os objetos/corpos que temos preocupação de investigar.

Vale também chamar a atenção para a alarmante ausência dos estudos sobre raça na pesquisa em Comunicação (representada pelos artigos apresentados no Encontro Anual da Compós) na década de 2010. Pessoalmente, dado o momento de ebulição dos movimentos negros, no Brasil e mundo à fora, e todas as discussões em torno do tema das cotas desde o final da década de 2000, para citar alguns exemplos, esperava chegar a um número bem maior de artigos abordando essa categoria. Não é apressado concluir que a elite intelectual da Comunicação no Brasil está ignorando a temática há muitos anos.

Dentre os trabalhos de Recepção considerados, o que se encontrou no *corpus* analisado foram pesquisas que contribuem para o campo dos estudos interseccionais entre gênero, raça e classe, o que, em certa medida, foi facilitado pela qualidade das pesquisas apresentadas na Compós. Esses estudos, no entanto, ainda são em número limitado e a discussão propriamente conceitual da interseccionalidade, seja como tensionamento ou como adoção, não aconteceu na década considerada. Se, por um lado, o enquadramento como um trabalho interseccional não é condição para um estudo rico, que discuta marcadores sociais de forma articulada, por outro, o desenvolvimento dessa perspectiva é importante. Acredito que apresentar esta relação de modo mais proposital e propositivo, efetivando estudos interseccionais, pode desenvolver um fecundo campo de pesquisas e propiciar importantes contribuições à área da Comunicação.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. 7 ed. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRANCO, Patrícia. Do gênero à interseccionalidade: considerações sobre mulheres, hoje e em contexto europeu. **Julgar**, Coimbra, n.4, p. 103-117, 2008.

COELHO, Tamires Ferreira. Experimentações metodológicas e interseccionalidade em relatos de sertanejas conectadas pelo Facebook. In: **XXVI Encontro da Compós**. São Paulo: Compós, 2017.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10 n. 1 Florianópolis, jan. 2002.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Os estudos de recepção e as relações de gênero: algumas anotações provisórias. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, v. 7, 2002.

_____. Estudos culturais e feminismo ou estudos culturais feministas? In: **XXVII Encontro da Compós**. Belo Horizonte: Compós, 2018.

_____. Mídia e questões de gênero no Brasil: pesquisa, categorias e feminismos. In: **XXVIII Encontro da Compós**. Porto Alegre: Compós, 2019.

_____. Comunicação e Gênero no Brasil: discutindo a relação. **Revista Eco-Pós**, v. 23, n. 3, 2020.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SIFUENTES, Lírian. As relações de classe e gênero no contexto de práticas orientadas pela mídia: apontamentos teóricos. **Revista E-compós**, v. 14, n. 2, p. 1-13, Brasília, 2011.

FIGARO, Roseli; GROHMANN, Rafael. O conceito de classe social nos estudos de recepção brasileiros. In: **XXII Encontro da Compós**. Salvador: Compós, 2013.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. In: FRANCHETTO, Bruna et al. (Org.) **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GOMES, Itania Maria Mota. **Efeito e recepção**. A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: E-papers, 2004.

GROHMANN, Rafael. Estudos de recepção e classe social: notas sobre teses e dissertações defendidas entre 2010 e 2014 no campo da Comunicação. In: **XXV Encontro da Compós**. Goiânia: Compós, 2016.

HALL, Stuart. Cultural studies and its theoretical legacies. In: MORLEY, David. CHEN, Kuan-Hsing (Ed.). **Stuart Hall: Critical dialogues in Cultural Studies**. London: Routledge, 1996b. p. 262-275

HANCOCK, Ange-Marie. Intersectionality as a normative and empirical paradigm. **Politics & Gender**, v. 3 (2), p. 248-254, 2007.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e Recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

JACKS, Nilda et al. **Meios e audiências**: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2017.

JACKS, Nilda; SIFUENTES, Lírian; LIBARDI, Guilherme. Classe social: elemento estrutural (des)considerado nas pesquisas de recepção e consumo midiático. In: JACKS, Nilda [et al]. **Meios e audiências**: reconfigurações dos estudos de recepção e consumo midiático no Brasil. Porto Alegre: Sulina, 2017.

LIBARDI, Guilherme. Panorama dos estudos sobre interseccionalidade no Brasil (2008-2018): notas gerais e especificidades dos objetos empíricos comunicacionais. In: **XXVIII Encontro da Compós**. Porto Alegre: Compós, 2019.

LUDVIG, Alice. Differences between women? Intersecting voices in a female narrative. **European Journal of Womens's Studies**, London, v. 13 (3), p. 245-258, 2006.

MARQUES, Camila da Silva. Distinção e estilo de vida: recepção de *A Regra do Jogo* por mulheres de diferentes classes sociais. In: **XXVIII Encontro da Compós**. Porto Alegre: Compós, 2019.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Freire de. Sobre costurar teoria social e realidade empírica na recepção: uma proposta de sistematização do gênero e classe como conceitos analíticos a partir do *habitus*. In: **XXVII Encontro da Compós**. Belo Horizonte: Compós, 2018.

PHOENIX, Ann. Interrogating intersectionality: productive ways of theorising multiple positioning. **Kvinder, Kon & Forskning**, v. 2-3, p. 21-31, 2006.

_____; PATTYNAMA, Pamela. Editorial. Intersectionality. **European Journal of Women's Studies**, London, v. 13(3), p. 187-192, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

POLITICS & GENDER. Intersectionality. **Politics & Gender**, v. 3 (2), p. 229-231, 2007.

RODRIGUES, Cristiano. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: **10º Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

RONSINI, Veneza Mayora. Telenovelas, classe e capital simbólico. In: **XXVI Encontro da Compós**. São Paulo: Compós, 2017.

_____; ROSA, Otávio Chagas; BARBIERO, Hellen; MACHIAVELLI, Marina. Os sentidos das telenovelas nas trajetórias sociais de mulheres da classe dominante. In: **XXV Encontro da Compós**. Goiânia: Compós, 2016.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, 1986.

SERELLE, Marcio. A guinada dos populares: mídia e vida social no Brasil. In: **XXIII Encontro da Compós**. Belém: Compós, 2015.

SIFUENTES, Lírian. “**Todo mundo fala mal, mas todo mundo vê**”: estudo comparativo do consumo de telenovela por mulheres de diferentes classes. Tese (Doutorado em Comunicação), FAMECOS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

_____. Classe social e o consumo de telenovela por mulheres: um estudo comparativo. In: **XXIV Encontro da Compós**. Brasília: Compós, 2015.

SKEGGS, Beverley. On the economy of moralism and working-class properness. An interview with Beverley Skeggs. (Entrevista concedida a Sofie Tornhill e Katharina Tollin) **Eurozine**. p. 1-10, 2008.

SOUTO, Mariana. Novas emergências das relações de classe no cinema brasileiro: uma pequena reviravolta coletiva? In: **XXII Encontro da Compós**. Salvador: Compós, 2013.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. **Estudios Feministas**, Florianópolis, v.12, n.2, p. 77-105, 2004.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

WALKERDINE, Valerie. **Schoolgirl fictions**. London: Verso, 1990.

WRIGHT, Erick Olin. **Class counts**. Comparative studies in class analysis. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

_____. A conceptual menu for studying the interconnections of class and gender. In: BAXTER, Janeen; WESTERN, Mark (Ed.). **Reconfigurations of class and gender**. Stanford-CA: Stanford University Press, 2001. p. 28-38

ZANETTI, Daniela; MESCHIATTI, Amanda. Mulheres Youtubers e narrativas íntimas: racionalização e compartilhamento dos afetos. In: **XXVII Encontro da Compós**. Belo Horizonte: Compós, 2018.